

ESTADO DE SÃO PAULO

Uma reunião difícil

A partir do encontro entre os presidentes Sarney e Bush, a realizar-se amanhã, em Nova York, a abrir-se a nova fase nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. O momento escolhido para o encontro não poderia ser menos propício: a reação dos bancos credores, especialmente norte-americanos, à decisão brasileira de não pagar juros vencidos a fim de não sangrar as reservas cambiais do País, tolda o horizonte diplomático. Não que por detrás da reação dos banqueiros se possa discernir o dedo do "imperialismo norte-americano" a exercer pressão contra o Brasil. Acontece que ela veio em má hora, antecedendo de dias a reunião Bush-Sarney. Não se deve esquecer que há, de parte de muitas autoridades brasileiras, a tendência a confundir, erroneamente se vê, a posição dos banqueiros e a do FMI com a política do Departamento de Estado. Outra fosse a ocasião do encontro entre os dois chefes de Estado, possivelmente o ambiente fosse mais descontraído e os assuntos a ser discutidos pudessem ser tratados com maior racionalidade.

A agenda da reunião, ademais, por si tende a exigir dos interlocutores o maior cuidado para que não se reserve para atitudes jingoístas, ou pressões que recordem a "era Roosevelt", a do big stick. Embora em reuniões desse tipo não haja assuntos preestabelecidos para exame, sabe-se que pelo menos um será suscitado por Bush: o do combate à droga e ao narcotráfico, uma das obsessões da Casa Branca nos últimos meses. Em si, nada indica que questão dessa natureza possa conturbar as conversações entre dois presidentes sinceramente empenhados no combate ao flagelo da droga. Sucede, porém, que, na campanha em que se empenhou, o presidente Bush pode ser levado a reclamar dos governos dos países da Amazônia providências que soarão, em alguns círculos, como tendendo a ferir a soberania nacional. Mais do que isso, anunciou-se que o chefe de governo norte-americano, atendendo a pedido da Colômbia, solicitará de seu colega brasileiro que concorde com uma nova distribuição das cotas de café colombiano no quadro do extinto Acordo Internacional de Café, permitindo a reativação do instrumento.

Somam-se, assim, dois pontos importantes para o Brasil: concordar com a adjudicação de novas cotas de exportação de café para a Colômbia, com o objetivo de permitir que o cultivo do café se torne economicamente atraente, afastando trabalhadores rurais da plantação de coca, e providências que só podem ser adotadas pelo Brasil no exercício de sua soberania interna. Por isso, tememos que o nacionalismo exacerbado possa perturbar o encontro; da mesma maneira que, considerando o empenho do presidente Bush em responder ao desafio que a droga lançou à sociedade norte-americana, tememos que a Casa Branca adote políticas "duras" na América Latina.

A rigor, a questão da soberania não se coloca mais a partir do instante em que os satélites de sensoramento devassam a intimidade de qualquer país sobre a face da Terra. Isso, por um lado. Por outro, há ações humanas que, por serem internacionais, ou terem efeitos mundiais, requerem ação concertada internacionalmente para serem coibidas. A partir do instante em que a ecologia se transformou num problema internacional, passou-se a reclamar que houvesse decisões multilaterais para preservá-la. O mesmo está acontecendo no caso do narcotráfico, em que se discutem ações comuns não apenas para impedir a comercialização da droga, como também para dificultar a "lavagem" do dinheiro do tráfico. Em todos esses casos — da ecologia à droga — as ações dos governos devem ser decididas por eles e nunca impostas por terceiros, sob pena de voltar-se atrás no tempo e pretender-se que haja Estados melhores do que outros, só porque mais fortes. Não fora a reação do governo brasileiro e seguramente as pressões norte-americanas e francesas, no caso da Amazônia, teriam continuado a manifestar-se. Que sucederá no caso do combate à droga?

São três problemas com os quais o presidente Sarney, queira ou não, se verá confrontado, senão em Nova York, com certeza ao longo dos meses que restam de seu mandato: como controlar a fronteira amazônica com Colômbia e Peru (a presença norte-

americana na Amazônia peruana é fator estratégico novo, a ser considerado devidamente); que contribuição poderá dar o Brasil para que se renove o Acordo Internacional do Café com vantagens comparativas para a Colômbia; e que poderá ser feito para que a legislação brasileira crie obstáculos para a "lavagem" de dinheiro proveniente do tráfico de narcóticos.

Nenhum desses problemas é de fácil solução, mesmo que se reconheça a premência dela. No caso da fronteira, a instalação de qualquer dispositivo militar brasileiro requer tempo e verba — ora, o tempo é curto e verbas não há. Isso sem contar a resistência de muito setores do Congresso e da sociedade brasileiros em reforçar a presença militar nacional na floresta amazônica. No tocante às concessões no âmbito de um novo AIC, pode perguntar-se com toda a propriedade se o aumento das cotas de exportação da Colômbia induzirá os trabalhadores rurais a deixar de plantar coca por sua conta e risco, passando a trabalhar para terceiros no cultivo de café, ou beneficiará apenas os proprietários de terra e produtores de café. No caso da "lavagem", sendo tantos os caminhos de que se serve o narcotráfico para legalizar seu dinheiro, será extremamente difícil dificultar essa atividade — a menos que se reformule a legislação bancária sem torná-la de tal forma draconiana que seja fácil burlá-la.

O essencial, porém, em qualquer dos casos, é que as autoridades norte-americanas tenham o maior cuidado em não dar a impressão de que exercem pressão sobre o governo brasileiro para que faça a sua parte no combate mundial ao narcotráfico, que tem no Brasil, infelizmente, um ponto de apoio importante. A associação da recusa dos banqueiros em conceder um respiro ao Brasil (quem quer que seja que tenha razão nesse caso), com pressões diplomáticas para tornar mais efetivo o combate ao narcotráfico, poderá despertar nos setores menos esclarecidos da administração brasileira — menos esclarecidos, mas não menos influentes — uma onda de jingoísmo que apenas contribuirá para azedar ainda mais as já delicadas relações entre Brasil e Estados Unidos.